

**PARECER CONJUNTO**  
**COMISSÃO DE FINANÇAS, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**  
**COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS**  
**COMISSÃO DE ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS**

**PROJETO DE LEI Nº 3.761/2020**

Autoriza a inclusão de dotação orçamentária através de Crédito Adicional Especial no orçamento vigente com a finalidade de aplicar os recursos da Defesa civil para restabelecimento, conforme Portaria 548 de 13 de março de 2020, do Ministério do Desenvolvimento Regional/ Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, e dá outras providências.

A Comissão de Finanças, Legislação e Justiça, Comissão de Serviços Públicos Municipais e a Comissão de Orçamento e Tomada de Contas, reunidas para apreciar o Projeto de Lei epigrafado, são de parecer que este é constitucional, atende ao interesse público e está em conformidade com as normas orçamentárias, devendo ser discutido e votado em Plenário.

Contudo, as comissões recomendam emendas modificativas no *caput* do art. 2º, para constar que os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão à conta do provável excesso de arrecadação, e não de anulação de dotações, motivo pelo qual sugerem a seguinte redação:

Art. 2º Os recursos necessários ao atendimento das despesas constantes no artigo 1º desta Lei correrão à conta do provável excesso de arrecadação, conforme disposto no inciso II, § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, no valor de R\$ 1.196.817,29 (um milhão, cento e noventa e seis

mil, oitocentos e dezessete reais e vinte e nove centavos).

Sala das Comissões, 19 de março de 2020.

**Raimunda da C. Gomes   Carlos Alberto M. da Silva   Francisco P. da  
Rocha Neto  
CFLJ**

**Hermano Luís dos Santos   Leonardo Nascimento Moreira   José G.  
Osório Filho  
CSPM**

**Antônio Carlos P. de Sousa   Juscelino da Silva Machado   Sérgio A. de  
Moura  
COTC**